

Menos encargos na dívida

A DÍVIDA externa condicionou grande parte da política econômica do país na década passada e no início dos anos 90. A execução do atual programa de estabilização somente se tornou viável quando foi concluída a renegociação da dívida com os bancos credores: isso normalizou o fluxo de capitais para o Brasil, permitindo que o câmbio fosse usado como uma das âncoras da moeda nacional.

A AMORTIZAÇÃO da dívida antiga com os bancos está escalonada pelos próximos 30 anos, em volume perfeitamente compatível com a capacidade de pagamento do país. E a dívida nova é quase toda ela renovável por si só, porque está quase toda atrelada à corrente de comércio. Trata-se de um crédito rotativo, que acompanha a dinâmica do comércio exterior.

A ESTA altura, a missão das autoridades econômicas, em relação ao endividamento, é reduzir os seus encargos financeiros, além do que já foi conseguido durante a renegociação com bancos e instituições governamentais. Como a taxa de juros que incide sobre a maior parte da dívida com os credores privados é de-

terminada pelo mercado internacional (no caso da dívida com instituições multilaterais de crédito, a dívida, em quase todos os casos, tem juros pré-definidos), a melhor forma de diminuir os encargos consiste em tirar partido de mecanismos do mercado.

É O que o Governo brasileiro pretende fazer daqui para a frente. Pelo acordo assinado com os bancos, o Brasil não poderia usar esses mecanismos enquanto não fossem completadas as garantias previstas para a rolagem da dívida. A entrega final dessas garantias (basicamente títulos emitidos pelo Tesouro americano) estava programada para 1996, mas o Senado autorizou o Governo a antecipá-la, já que o Banco Central tem reservas disponíveis.

DESSA forma, atendido o compromisso com os bancos, o Brasil estará brevemente livre para recomprar os títulos de sua própria dívida que são negociados com deságio nos mercados secundários internacionais. Hoje o Brasil aplica a totalidade de suas reservas cambiais em papéis de terceiros — inclusive bancos privados — que geralmente rendem menos do

que a taxa de juros que o país paga nos títulos da dívida.

AO recomprar seus próprios títulos, o Brasil estará economizando divisas. E ainda proporcionará maior liquidez a esses papéis no mercado internacional, o que facilitará sua recolocação, futuramente.

NA prática, é isso que o Banco Central faz internamente com os títulos da dívida pública, o que permite considerável redução dos seus encargos. Tem sido também a estratégia adotada pela Prefeitura do Rio, o que explica a economia feita pelo município: cerca de R\$ 1,1 bilhão, responsáveis pelos investimentos deste ano e do próximo.

O BRASIL tem hoje US\$ 47 bilhões acumulados em reservas cambiais. Por precaução somente pequena parcela desse valor pode ser usada na recompra dos papéis da dívida brasileira. Mas se através desse mecanismo o país conseguir economizar cerca de US\$ 1 bilhão por ano, já será um belo feito: é um dinheiro que hoje faz muita falta na área dos investimentos de natureza social.